
***Super Pagamentos e
Administração de
Meios Eletrônicos S.A.***

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Super Pagamentos e Administração de
Meios Eletrônicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

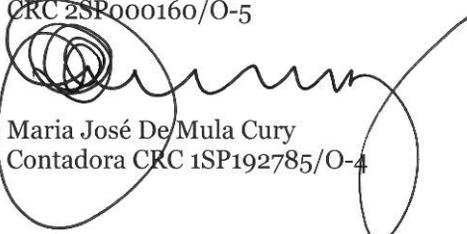
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2018

Senhores Acionistas:

A Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (“Companhia” ou “Superbank”), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 37 milhões, e, o prejuízo acumulado é de R\$ 32,4 milhões. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 1.195 mil e R\$ 677 mil, respectivamente.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$ 221 milhões. Desse montante, destacamos, R\$ 69 milhões que são representados por aplicações em certificados de depósitos bancários, R\$ 99 milhões por aplicações em LFTs para cumprimento de depósito compulsório, R\$ 14 milhões por créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo era composto do montante de depósitos dos clientes R\$ 84 milhões e R\$ 80 milhões de valores a repassar a operadoras de cartões por conta de transações com clientes.

Mudanças na Administração

No dia 25 de Junho de 2018, houve alteração no quadro societário de Diretores com a saída dos Diretores: Financeiro - Sr. João Gustavo Haenel Neto e Vendas - Sra. Ana Paula Coelho Ferreira Lapa, e entrada em 01 de Agosto de 2018, dos Diretores: Sr. Fabio Fernando Almendros – Diretor Financeiro, Sra. Luciana Santos Godoy – Diretora de Vendas e Sr. Alejandro Daniel Iribarnegaray Villar – Diretor de Tecnologia e Operações.

Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (A Super é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (“Aymoré”) que é controlada direta do Banco Santander (Brasil) S.A.) (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Companhia com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários

São Paulo, 21 de Março de 2019.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		194.703	161.098
Disponibilidades	4	21.254	21.415
Títulos e Valores Mobiliários		168.269	134.470
Carteira Própria	4 e 5	69.736	72.039
Vinculados ao Banco Central	5	98.533	62.431
Outros Créditos		4.854	4.850
Rendas a Receber		19	18
Diversos	7	3.835	4.711
Créditos Tributários	6	1.000	121
Outros Valores e Bens		326	363
Outros Valores e Bens		282	282
Despesas Antecipadas		44	81
Realizável a Longo Prazo		12.739	13.508
Outros Créditos		12.739	13.508
Créditos Tributários	6	12.739	13.508
Permanente		13.303	7.685
Imobilizado de Uso		1.154	890
Intangível	8	12.149	6.795
Total do Ativo		220.745	182.291
Passivo Circulante		174.476	144.975
Depósitos		83.821	71.568
Outros Depósitos	9	83.821	71.568
Relações Interfinanceiras		79.831	65.684
Transações de Pagamento	9	79.831	65.684
Outras Obrigações	10	10.824	7.723
Fiscais e Previdenciárias		2.218	1.096
Diversas		8.606	6.627
Exigível a Longo Prazo		9.222	947
Outras Obrigações		9.222	947
Passivos Contingentes	11	176	330
Resultados de Exercícios Futuros	10	7.000	-
Diversos	13.b	2.046	617
Patrimônio Líquido	12	37.047	36.369
Capital		69.451	69.451
Prejuízos Acumulados		(32.404)	(33.082)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		220.745	182.291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Notas	01/07/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		4.392	8.054	6.681
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15	4.392	8.054	6.681
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.392	8.054	6.681
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.707)	(5.840)	(7.810)
Receitas de Prestação de Serviços	14	26.460	48.336	39.428
Despesas de Pessoal	16	(11.344)	(20.010)	(16.903)
Outras Despesas Administrativas	17	(17.932)	(34.404)	(28.663)
Despesas Tributárias	18	(3.134)	(5.652)	(3.958)
Outras Receitas Operacionais	19	4.243	5.890	2.286
Resultado Operacional		2.685	2.214	(1.129)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		2.685	2.214	(1.129)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.490)	(1.537)	(313)
Provisão para Imposto de Renda	20	(1.089)	(1.115)	(217)
Provisão para Contribuição Social	20	(401)	(422)	(96)
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Período/Exercício		1.195	677	(1.442)
Ações em circulação (mil)		90.724	90.724	90.724
Lucro / (Prejuízo) por lote de Mil Ações (em R\$)		13,17	7,46	(15,89)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	49.451	(31.640)	17.811
Aumento de capital	20.000	-	20.000
Prejuízo do Exercício	-	(1.442)	(1.442)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	69.451	(33.082)	36.369
Lucro Líquido do Exercício		677	677
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	69.451	(32.404)	37.046
Mutação do Exercício		677	677
Saldo em 30 de Junho de 2018	69.451	(33.599)	35.852
Lucro Líquido do Semestre		1.195	1.195
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	69.451	(32.404)	(37.047)
Mutação do Semestre		1.195	1.195

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa Em milhares de reais

	01/07 à 31/12/2018	01/01 à 31/12/2018	01/01 à 31/12/2017
Atividades operacionais			
Lucro Líquido/Prejuízo do Período/Exercício	1.195	677	(1.442)
Ajuste ao Lucro Líquido do Período/Exercício	1.682	2.418	2.533
Efeito das Mudanças de Taxas de Câmbio em Caixas e Equivalentes de Caixa	287	287	230
Depreciação e Amortização	809	1.526	1.703
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	394	394	167
Contingências Cíveis	192	211	-
Outros	-	-	433
Variações em ativos e passivos	20.600	1.872	31.595
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(40.652)	(36.102)	(51.344)
Redução em Outros Créditos	703	371	17.441
Aumento/(Redução) em Outros Valores e Bens	52	37	(41)
Aumento em Relações Interfinanceiras	34.055	14.147	32.671
Aumento em Outros Depósitos	13.649	12.253	31.164
Aumento em Outras Obrigações	11.772	10.019	1.704
Impostos Pagos	1.021	1.147	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	23.477	4.967	32.686
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(299)	(527)	(963)
Aquisição de intangível	(3.669)	(6.617)	(3.807)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.967)	(7.144)	(4.770)
Atividade de financiamento			
Aumento de capital	-	-	20.000
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	-	-	20.000
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalente de Caixa	(287)	(287)	(230)
Aumento/(Diminuição) Líquido(a) do Caixa e Equivalentes de Caixa	19.223	(2.464)	47.686
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	71.767	93.454	45.768
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	90.990	90.990	93.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (“Companhia” ou “Superbank”) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, nº 474 – Bloco E – Santo Amaro, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09/10/2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“Bacen”), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

Iniciou suas atividades ao longo do ano de 2011 e, a partir do final de 2012, obteve homologação para emitir cartões pré-pagos da bandeira Mastercard. Em 12 de maio de 2017, através do Ofício 8260/2017-BCB/Deorf/Ganbbin, o Bacen aprovou a conversão da Companhia em Instituição de Pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2018 em reunião realizada em 21 de março de 2019.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados pelo dólar médio calculado diariamente em função das transações realizadas pela Companhia, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Superbank de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, apenas títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

f.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20% a.a. e Móveis e Utensílios - 10% a.a.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f.2) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Companhia e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% a.a., exceto quanto aos softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados pelo prazo da licença.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável, referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de débito e outros assuntos. Considerando a similaridade das causas que são de natureza massificada, a provisão é constituída com base no ticket médio das causas perdidas para as classificadas como perdas prováveis. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Para as causas cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11) e para as causas cujo risco de perda é remota, não é requerida a divulgação, tampouco provisão.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob as receitas e custos aplicados diretamente na atividade.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (Nota 6), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Companhia.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir, as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos quando comparados com os montantes reais, tais como: valor justo dos títulos e valores mobiliários, vida útil dos ativos intangíveis, provisão para passivos contingentes e realização dos

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificado de Depósito Bancário*	69.736	72.039
Depósitos Bancários em Instituições sem Conta Reserva	20.992	21.206
Depósito no exterior em moeda estrangeira	262	209
Total	90.990	93.454

(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, e vide nota 5, resgatáveis a qualquer momento.

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categorias – Títulos para negociação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CDB - Instituição Financeira Ligada (*)	65.525	71.315
CDB - Outras Instituições Financeiras	4.211	724
Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional	98.533	62.431
Total	168.269	134.470

(*) Transações com partes relacionadas comentadas na nota 13.

b) Abertura por Vencimento

	<u>Até 12 Meses</u>	<u>Acima de 1 ano ¹</u>	<u>Total</u>
CDB - Instituição Financeira Ligada (Nota 13)	65.525	-	65.525
CDB - Outras Instituições Financeiras	4.211	-	4.211
Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional	-	98.533	98.533
Total	69.736	98.533	168.269

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Estas LFTs possuem vencimento acima de 1 ano, porém podem ser negociadas a qualquer tempo, sendo classificadas como ativos para negociação e, desta forma, no ativo circulante da Companhia.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários considera a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de IRPJ e Contribuição Social	13.629	394	(284)	13.739
Total de Créditos Tributários Registrados	13.629	394	(284)	13.739

Em 31 de dezembro não há créditos tributários não registrados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	Total
2019	735	265	1.000
2020	1.271	457	1.728
2021	2.075	747	2.822
2022	2.179	784	2.963
2023	2.288	824	3.112
2024	1.554	560	2.114
Total	10.102	3.637	13.739

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários registrado é de R\$ 11.463 calculados de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Outros Créditos – Diversos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos para Pagamentos (1)	435	1.655
Impostos e Contribuições a Compensar(2)	2.066	1.977
Devedores Diversos - País (3)	1.291	1.076
Adiantamentos e Antecipações Salariais	43	3
Total	<u>3.835</u>	<u>4.711</u>

- (1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas solicitações de pagamentos ou saques.
- (2) Composto por crédito de Imposto de Renda retido sobre resgates de aplicações financeiras ocorridos ao longo do período.
- (3) Representado substancialmente por valor concedido em garantia para cumprimento de convênio junto a SPTrans para recarga de bilhete único e o restante por valores a classificar oriundos de cargas de clientes.

8. Intangível

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Software	19.146	12.529
Custo	<u>19.146</u>	<u>12.529</u>
Amortizações Acumuladas	(6.997)	(5.734)
Intangível Líquido	<u>12.149</u>	<u>6.795</u>
Resumo das movimentações		

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo Inicial	6.795	4.581
Aquisições	6.617	3.807
Amortizações	(1.263)	(1.593)
Saldo Final	12.149	6.795

9. Depósitos e Relações Interfinanceiras

Os depósitos referem-se, principalmente, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados, no montante de R\$ 83.821 (dezembro de 2017 - R\$ 71.568).

As transações de pagamento referem-se aos valores a repassar às operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R\$ 79.831 (dezembro de 2017 - R\$ 65.684). O prazo de repasse à operadora é de, usualmente, 27 dias para compras e 1 dia para saques.

10. Outras Obrigações

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores Diversos	2.632	2.348
Despesas de Pessoal	8.020	4.896
Passivo Contingentes - Cíveis (Nota 11)	176	330
Fiscais e Previdenciárias (2)	2.218	1.096
Rendas Antecipadas - Incentivo Mastercard (1)	7.000	-
Total	20.046	8.670

(1) Contrato de aliança estratégica em função de exclusividade de uso da marca por 5 anos.

(2) Refere-se aos saldos de provisão para impostos sobre a renda ("IRPJ"), contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") e impostos sobre serviços ("ISS") auferidos sobre a receita de prestação de serviços.

11. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais de natureza cível no valor de R\$ 176 em 31 de dezembro de 2018 (dezembro de 2017 - R\$ 330), as quais envolvem considerável julgamento por

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos, são, em sua maioria, processos judiciais de natureza cível e trabalhista e montam em aproximadamente R\$ 917 e R\$ 446 (2017 – R\$ 1.463 e R\$ 120) respectivamente.

Provisões de contingências cíveis

Provisão para Processos Judiciais	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações Cíveis		
Saldo Inicial	<u>330</u>	<u>621</u>
Constituição Líquida	211	186
Atualização Monetária	-	42
Baixas	<u>(365)</u>	<u>(519)</u>
Saldo Final	<u>176</u>	<u>330</u>

12. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é composto por 90.724 mil (2017 – 90.724 mil) ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal, detidas exclusivamente pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Através da AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 20.000, passando o capital social de R\$ 49.451 para R\$ 69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (Cinquenta Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil e Oitenta e Seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, totalizando 90.724.000 (Noventa Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil) ações. O Banco Central do Brasil homologou a alteração do capital em 14 de agosto de 2017, por meio do Ofício 16229/2017-BCB/Deorf/GTSP1.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O estatuto estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 20 desse artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.
- c) saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo:
 - a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e
 - b. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Parágrafo único - por proposta da Diretoria poderão ser periodicamente capitalizadas as parcelas dessas reservas para que o respectivo montante, juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social.

- e) Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Companhia, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração da pessoal chave da administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGE) da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. realizada em 25 de Maio de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de R\$ 8.100 (em 2017 R\$ 8.100).

A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, conforme Ata de Reunião do Comitê de Remuneração e Nomeações, estabeleceu para pagamento a partir de 2018, programa de incentivo a longo prazo para Diretores Estatutários e Colaboradores Estratégicos e Diferimento de Bônus para Diretores Estatutários.

No 2º semestre de 2018 foram registradas despesas com a Diretoria e Conselho conforme nota 16.

b) Plano de Incentivo a Longo Prazo

Plano de Incentivo a Longo Prazo: Tem a premissa de alinhar os interesses da Super Pagamentos e do participante com vistas, de um lado, o crescimento e lucratividade dos negócios da companhia e, de outro lado o reconhecimento da contribuição do participante ao desenvolvimento das atividades da Companhia mediante com comprometimento de longo prazo por parte dele. O Plano tem duração de 3 anos, 2017/2018/2019, o pagamento se dará através de dinheiro e investimento em certificado de depósito em ações (Units) do Banco Santander Brasil em 30/07/2020. O montante em dinheiro e quantidade de Units (base de cálculo a ser utilizada para definição aos participantes) será determinada de acordo com o resultado da aferição dos indicadores de performance da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para essa obrigação é R\$ 2.046 (R\$ 619 em 2017) e está registrada registrada em “Outras Obrigações – Diversas”.

c) Participação Acionária

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. que possui participação acionária de 90.724.000 ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais transações e saldos com o Banco Santander são conforme segue:

	<u>Balanco</u>		<u>Resultado</u>		
			01/07/2018		
			a		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos à Vista	14.611	20.262	-	-	-
CDB - Instituição Financeira Ligada	65.525	71.315	1.184	2.528	3.950
Letras Financeiras	-	1	-	-	-
Depósitos dos administradores	4	3	-	-	-
Total	80.140	91.581	1.184	2.528	3.950

14. Receita de Prestação de Serviços

	01/07/2018 à		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tarifa Conta Super	21.242	38.937	32.679
Tarifa de Intercâmbio	4.984	8.883	6.374
Outras Tarifas	234	516	375
Total	26.460	48.336	39.428

15. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	01/07/2018 à		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicação Financeira - CDB	1.184	2.528	3.950
Aplicação Financeira - LFT	2.442	4.760	2.001
Aplicação Financeira - LTN	638	638	-
Outras aplicações	128	128	730
Total	4.392	8.054	6.681

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Despesas de Pessoal

	01/07/2018 à		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de pessoal - proventos	5.906	9.810	8.743
Despesas de pessoal - encargos sociais	540	975	509
Despesas de pessoal - benefícios	1.096	2.108	1.814
Diretoria e conselho de administração	783	1.515	1.759
Previdência social	1.559	3.075	2.637
Fundo de garantia do tempo de serviço	485	1.100	822
Incentivo Longo Prazo -ILP	975	1.427	619
Total	11.344	20.010	16.903

17. Outras Despesas Administrativas

	01/07/2018 à		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de comunicação	546	1.258	1.495
Despesas de propaganda e publicidade	112	660	1.591
Despesas de serviços de terceiros	1.749	3.079	2.132
Despesas de serviços técnicos especializados	124	237	509
Despesas de processamento de dados	9.766	17.537	14.108
Despesas de serviços do sistema financeiro	899	1.566	1.194
Despesas de depreciações e amortizações	809	1.526	1.703
Despesas de Bônus Netpoints e Celular(*)	2.131	4.330	3.362
Perdas Operacionais	-	441	-
Outras	1.796	3.760	2.569
Total	17.932	34.394	28.663

(*) Incentivo proporcionado aos clientes pelo uso do cartão.

18. Despesas Tributárias

	01/07/2018 à		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	272	497	438
Despesas de contribuição ao COFINS	1.299	2.372	2.102

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.281	2.327	640
Despesas de IOF	208	310	640
Impostos e Contribuições sobre Lucros	38	71	103
Outros Impostos e Contribuições	36	75	35
Total	3.134	5.652	3.958

19. Outras Receitas Operacionais

	01/07/2018 à		
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas (1)	2.765	3.092	453
Variação Cambial(2)	1.478	2.798	1.833
Total	4.243	5.890	2.286

- 1) Em 26/09/18 foi formalizado contrato com o objetivo de incentivo, com a Mastercard, pelo prazo de 5 anos, tendo como compromisso a manutenção da exclusividade de marca, onde haverá a apropriação mensal do resultado conforme cronograma estabelecido.
- 2) Variação cambial geradas pelas transações internacionais.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.214	(1.129)
Encargo Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(753)	384
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.363)	(625)
Efeitos fiscais sobre ajustes de exercícios anteriores (1)	245	-
Pat 4%	30	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal	394	-
Outros	(90)	(72)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.537)	(313)

(1) Ajustes de anos anteriores em função de revisão da base de adições e exclusões.

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Ezequiel Oscar Archiprete – CEO
Fabio Fernando Almendros – CFO
Elio Edson Luiz Porta – Contador – CRC 1SP 120411/O-0